

A RELAÇÃO IGREJA-IMPrensa: O NASCIMENTO DA IMPrensa CATÓLICA NO BRASIL NO SÉCULO XIX

THE CHURCH-PRESS RELATIONSHIP: THE BIRTH OF THE CATHOLIC PRESS IN
BRAZIL IN THE NINETEENTH CENTURY

Marcos Vinicius de Freitas Reis¹

Josias Freitas Souto²

Resumo: Como um veículo de informação em massa os impressos foram percebidos pela Igreja Católica de variadas formas ao longo dos séculos. Este artigo busca apresentar num primeiro momento, não de forma exaustiva, o advento e o desenvolvimento da imprensa na Europa do século XV focando em alguns efeitos importantes que ocorreram naquela sociedade para posteriormente, compreendermos a preocupação que a Igreja Católica nutriu em relação ao comportamento da instituição com a imprensa. Em seguida, será apresentada a trajetória da imprensa no Brasil, as formas de controle, crescimento da atividade e a atuação da imprensa católica brasileira. Buscamos aqui compreender a relação da imprensa católica na questão da imprensa brasileira, partindo do pressuposto de que a organização da imprensa católica no século XIX está relacionada à necessidade de defesa da Igreja Católica contra movimentos ideológicos que surgiram e passaram a criticar pontos cruciais defendidos pela instituição. Através de levantamento bibliográfico referente ao assunto, podemos apontar que a Igreja Católica se viu impelida a se adequar ao novo meio de disseminação de informação como forma de defesa, pois o surgimento de

Artigo recebido em 06/11/2016. Aprovado em 23/11/2016.

¹ Doutor em Sociologia pela UFScar. Docente do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá. Coordenador do Grupo de Pesquisa CEPRES – Centro de Estudos Políticos, Religião e Sociedade. Emai:marcosvinicius5@yahoo.com.br

² Graduando do curso de licenciatura em História – Universidade Federal do Amapá, UNIFAP. / e-mail: josias_souto@live.com

movimentos como o Liberalismo, Modernismo e as críticas feitas diretamente à hierarquia católica se apresentavam como motivos para essa necessidade.

Palavras-chave: Imprensa. Igreja Católica. Imprensa católica.

Abstract: Like an information vehicle in mass the printed papers were realized by the Catholic Church of varied forms along centuries. This search article present in a first moment, not of exhaustive form, the advent and the development of the press in Europe of the XV century focusing on some important effects that occurred in that society for afterwards, comprehend the preoccupation that the Catholic church nurtured regarding the behavior of the institution with it press. Soon after, it will be introduced the trajectory of the press in Brazil, the control forms, growth of the activity and the performance of the Brazilian catholic press. We seek here to comprehend the relation of the Catholic press in the matter of the Brazilian press, leaving of the purpose that the organization of the Catholic press in the XIX century is related to need to defense of the Catholic church against ideological actions that arose and became to criticize breakpoints defended by the institution. through bibliografic rising regarding the subject, we can point that it Catholic church saw impelled to be adapted to the new information sowing middle as defense's form, because the actions appearance as the Liberalism, Modernism and the criticisms done directly to the Catholic hierarchy introduced as motives for this need.

Keywords: Press; Catholic church; Catholic press

Introdução

A Igreja Católica do século XV mantinha um domínio sobre a produção do conhecimento e nesse período, essa instituição ainda não havia sido questionada de forma veemente em seus dogmas e nas questões relativas ao controle da sociedade (Eisenstein 1998).

Este artigo pretende contribuir com a historiografia da imprensa católica, partindo do posicionamento central da igreja até o nascimento e desenvolvimento da imprensa católica no Brasil. Para isto, será apresentado primeiramente o que a invenção da imprensa na Europa trouxe de novo para os europeus do período e quais foram as transformações significativas naquela sociedade. No âmbito brasileiro, serão apresentadas questões pertinentes à instalação da imprensa no Brasil e os efeitos impactantes dessa atividade na instituição católica no século XIX. Portanto, este texto está dividido em duas seções, cada um com uma subseção, sendo a primeira “A invenção da imprensa e as transformações na Europa” e sua subseção “Aproximação da igreja com a imprensa: uma aceitação “desconfiada”” e a segunda “A inserção da imprensa no Brasil no século XIX” e subseção “O desenvolvimento da imprensa católica no Brasil”.

Através da seleção bibliográfica foi possível traçar uma discussão teórica em torno da ideia de que a cultura impressa fez com que a igreja entrasse no mundo da comunicação em massa, pois em uma sociedade em constante e veloz modernização não mais coube métodos e formas retrógradas. A metodologia aqui adotada consiste em discussões bibliográficas.

1. A invenção da imprensa e as transformações na Europa

No período de transição da era medieval para a moderna encontram-se eventos que motivaram transformações importantes na sociedade europeia, toma-se como exemplo as Grandes navegações, o Renascimento, a Reforma e a Contrarreforma Protestante. Porém, Eisenstein (1998) reforça a tese de que o desenvolvimento de outros eventos deveria ser considerado para delimitar o nascimento da modernidade quando escreve que

Deveríamos observar a força, o efeito e as consequências de invenções que em nenhum campo foram tão evidentes como nestas três, que eram desconhecidas dos antigos, a saber: a imprensa, a pólvora e a bússola. Pois, essas três alteraram a

aparência e o estado do mundo inteiro. (BACON, p.129 apud EISENSTEIN, 1998. p. 27)

De fato, essas três invenções ajudaram os europeus na fase de expansão do poder e domínio de outros povos. Parafraseando Francis Bacon (1561-1626), Briggs e Burke (2006) escrevem que o trio imprensa-bússola-pólvora mudou as características e o estado das coisas no mundo todo.

É a Johannes Gutenberg que se atribui a invenção da prensa gráfica na Europa por volta de 1450³ quando ele inicia a produção da primeira Bíblia impressa. Por volta do ano de 1442, Gutenberg, após as primeiras tentativas de impressão, conseguiu imprimir um folheto com onze linhas utilizando a prensa de tipos de metal móveis⁴ (Gaspar, 2004). Atribuir a Gutenberg a invenção da imprensa gera uma resposta simples. Ao aperfeiçoar a prensa gráfica com a ajuda de outros homens como Johann Fust e Pedro Schoffer⁵, as máquinas de impressão se espalharam pela Europa graças à diáspora de impressores germânicos que se instalavam em outros países e passavam a exercer o comércio de impressos.

É importante considerar que antes do advento da imprensa já havia uma cultura manuscrita em diversos lugares da Europa e a produção livresca estava intimamente relacionada à atividades dos escribas na tarefa da transcrição de textos (Silva, 2010). Eisenstein (1998) problematiza alguns posicionamentos que comparam a produção manuscrita e impressa ao discordar que

³ Briggs e Burke (2006 p. 24b) apontam que na China e no Japão, a impressão já era praticada há muito tempo — desde o século VIII, se não antes, podendo assim considerar que a “invenção ocidental terá sido estimulada pelas notícias do que havia acontecido no Oriente”

⁴ Os tipos móveis são caracteres fabricados para servir como molde de impressão. Os caracteres de tipos móveis passaram por transformações até serem aprimorados por Gutenberg. No período de 1041-1048, Pi Sheng inventou caracteres feitos da mistura de argila e cola que após cozinhados ficavam sólidos. Em 1313 haverá a invenção dos tipos móveis de madeira; somente com Gutenberg serão trabalhados os tipos móveis em chumbo fundidos (CHAGAS, LINHARES, RIBEIRO, 2012).

⁵ Johann Fust era um ourives abastado e teria emprestado 800 ducados para Gutenberg, e juntos formaram uma Fábrica de Livros. Pedro Schoffer teria descoberto o modo de fundir e fabricar caracteres, e descoberto uma tinta composta de negro de fumo (GASPAR, 2004).

Um homem nascido em 1453, ano em que se deu a queda de Constantinopla, bem que poderia, em seu quinquagésimo aniversário, olhar para trás e contemplar uma vida durante a qual haviam sido impressos cerca de 8 milhões de livros, mais do que talvez todos os escribas da Europa haviam produzidos desde que Constantino fundara sua cidade, no ano de 330 d.C (EISENSTEIN, 1998 p.29).

“O que foi a produção efetiva de “todos os escribas da Europa” é matéria inevitavelmente polêmica” (EISENSTEIN, 1998. p.29). Estabelecer parâmetros de comparação sem antes levantar uma série de fatores pode levar a um grave erro. A quantidade de livros que não foram catalogados ou aqueles que foram destruídos de alguma forma, os livros que desapareceram, diversos textos unidos encadernados em um mesmo par de capas e outras pessoas letradas que agiam como seu próprio escriba, “mostram que o número total de livros manuscritos produzidos permanecerá indefinido” (EISENSTEIN, 1998. p.29).

Apesar da vasta produção de livros e manuscritos que existiram antes da imprensa, o acesso a esse material não era possível a todas as pessoas por diversos motivos. Em primeiro lugar pode-se considerar a pouca circulação de livros, tendo em vista o alto valor de produção que era atribuído ao material depois de acabado, tendo então que ficar preso em uma biblioteca e ter seu acesso limitado (BRIGGS; BURKE, 2006). Outro motivo determinante foi a barreira linguística, pois as obras produzidas pelos escribas eram elaboradas em latim ou grego e não em língua vernácula. O analfabetismo também foi um fator preponderante. Em zonas rurais e também em alguns centros urbanos, onde o analfabetismo era significativo, a cultura oral se fortaleceu graças à leitura de textos realizadas em praças públicas (EISENSTEIN, 1998; BRIGGS; BURKE, 2006).

Os primeiros impressores não estavam preocupados em romper com os modelos e formas textuais produzidas anteriormente pelos copistas. As formas das letras e organizações por colunas dos textos, por exemplo, de acordo com a obra prima dos copistas, era seguido à risca. Nesse aspecto pode-se constatar que a estética dos

textos manuscritos era valorizado e era tomado como ponto de partida. Da mesma forma, as impressões feitas a partir de manuscritos, também eram utilizadas para iniciar uma cópia à mão. Por isso, a semelhança temporária entre o produto do trabalho manual e do trabalho impresso parece dar apoio a uma mudança evolutiva muito gradual (EISENSTEIN, 1998). Por outro lado, o comércio de impressos e redes comerciais em torno desse novo produto cresceu de forma acelerada.

O comércio de impressos na Europa variava de acordo com a região e com a condição que a cidade se encontrava. Variáveis como a atividade comercial em geral, existência de universidades e o número de pessoas letradas influenciaram a dinâmica do mercado de livros. Por ser uma cidade economicamente ativa e atrair intelectuais, artistas e comerciantes de várias partes da Europa, “no século XV, por exemplo, foram impressos mais livros em Veneza do que em qualquer outra cidade da Europa (cerca de 4.500 edições, equivalentes a algo como dois milhões de cópias, ou 20% do mercado europeu)” (BRIGGS; BURKE, 2006 p.63).

Além da concorrência que se estabeleceu entre os impressores na luta por mercado consumidor e da consciência que a leitura de livros e de texto se tornara um gênero novo e lucrativo (EISENSTEIN, 1998), a organização em torno desse mercado foi crucial para os donos de prelos. A necessidade de editores e autores, profissionais que manuseassem adequadamente as máquinas, vendedores de livros, a logística de transporte para outras regiões, pesquisadores e abatimento no preço do produto são exemplos de preocupações que tinham os comerciantes de livros. Briggs e Burke (2006) argumentam que por conta da concorrência no mercado de livros, haviam impressores que não respeitavam obras exclusivas de outros prelos e mentiam quanto a um tipo de edição, pois alegavam que a obra era melhor do que a do concorrente.

É a partir da concorrência imposta por esse mercado que a fidelidade às convenções dos escribas é abalada, privilegiando então, a conveniência do leitor (SILVA, 2010). Eisenstein (1998) aponta que a alta competitividade no mercado da produção de livros provocou nos donos de prelos a necessidade de adotar de uma

maneira rápida inovações que fossem bem recebidas aos leitores. Costela (2002) sustenta que isso se trata apenas de uma lógica elementar, pois se o mercado era composto por um tipo de leitores, seja qual fosse, cabia ao tipógrafo colocar à disposição matérias convenientes para cada necessidade.

Dentre as inovações provocadas pelos impressores da época estão as publicações realizadas em língua vernácula e edições de livros mais baratos acessíveis às pessoas pobres. Briggs e Burke (2006) fala de algumas publicações da época em forma de brochuras que tinham como assuntos mais comuns a vida dos Santos. Graças à dinâmica comercial e também ao grande mercado consumidor, esse tipo de material se espalhou por vários lugares na Europa.

A facilidade de acesso a materiais impressos provocou, sobretudo, novas práticas de atividades combinatórias de fundo social e intelectual. Nesse sentido, Eisenstein (1998) escreve que as relações entre os homens e os sistemas de ideias foi modificado, pois a partir do advento da imprensa a diversidade de pensamentos começou surgir e a igreja sofrerá com o abalo dessas transformações. Além de propagar o conhecimento que já estava formado, os impressores trabalharam para tornar os leitores mais conscientes da existência de histórias e interpretações conflitantes (BRIGGS; BURKE, 2006).

A imprensa foi uma invenção que transformou as relações sociais. Antes da possibilidade de disseminação rápida de informações, o conhecimento era restrito a pequenas parcelas da sociedade e especificamente, de uma maioria de intelectuais pertencentes ao clero. A igreja era a responsável pela tutela do saber e partia dela a escolha daqueles que poderiam ter acesso ao conhecimento. Isso, em síntese, garantia a hegemonia do poder e o controle da mentalidade (SILVA, 2010).

O predomínio da comunicação escrita sobre a oral, o surgimento do comércio de impressos, o aumento da produção do conhecimento científico e a multiplicação de textos de diversos assuntos, também são exemplos de alterações que ocorreram (EISENSTEIN, 1998; Briggs; Burke, 2006). É importante frisar que o início e o

desenvolvimento dos prelos na Europa aconteceram de formas diferentes nos diversos países. Na Rússia, por exemplo, os primeiros prelos de sucesso só vão ser instalados a partir da segunda metade do século XVIII (Briggs; Burke, 2006), ao passo que em vários outros lugares, já em 1500, as máquinas de impressão estavam em pleno funcionamento.

De início, o alastramento de prelos, a partir do século XV, pela Europa, não significou uma ameaça para a igreja. Nesse primeiro momento ela enxergava no novo invento uma forma de difundir a fé e expandir o conhecimento católico (SILVA, 2010). O uso da prensa pela igreja possibilitou, por exemplo, a impressão de grande quantidade de cartas de indulgências e assim a arrecadação de mais fundos para os cofres eclesiásticos (FEITOSA, 2013). Para Eisenstein (1998) a imprensa contribuiu ainda para a uniformidade do culto, pois permitiu a multiplicação de textos litúrgicos idênticos para serem utilizados nas missas em qualquer parte do mundo católico e argumenta ainda que foi possível um crescimento significativo de materiais que visavam instruir padres no desempenho de determinadas atividades.

Dentro desse cenário há ainda manifestação clara de apoio à imprensa por parte da igreja. Denominada como *arte divina* e *inspiração divina*, o alto Clero tecia comentários sobre as vantagens dos impressos, mas também frisavam a necessidade de controlar possíveis abusos advindos do mau uso dessa invenção (EISENSTEIN, 1988).

Silva (2010 p:19) argumenta que “num primeiro momento, a própria Igreja percebeu o valor da imprensa e verificou a possibilidade de expansão do conhecimento. Em relação ao novo invento, a Igreja não teve, uma atitude oficial de rejeição e condenação” e ainda acrescenta que “o novo invento, em si, não era uma ameaça, mas um contributo, o que permite, de certo modo, afirmar que a Igreja não fez oposição ao meio de comunicação em questão”.

Essa importância atribuída a imprensa não eliminou a intervenção na atividade de impressão. Os primeiros papéis impressos nos prelos da Europa eram,

principalmente, reproduções de passagens bíblicas ou textos religiosos, pois até então a força e o controle da igreja ainda não fora contestada fortemente como acontecera com a Reforma Protestante e por isso os impressores estavam submetidos a uma forte fiscalização eclesiástica.

Um exemplo de fiscalização da igreja sobre os materiais impressos é o papado de Inocêncio VIII (1484-1492). Através do documento *Inter múltiples* publicado em 1487, a igreja proibiu a publicação de documentos que fossem de encontro à fé católica e que questionasse a autoridade papal e da igreja sobre o conhecimento. Inocêncio VIII escreveu no *Inter múltiples* que

[...] a imprensa se apresenta como uma invenção muito proveitosa quando ela facilita a difusão de livros úteis e aprovados. Ela seria, ao contrário, muito condenável se essa técnica fosse empregada de maneira perversa, para difundir, por todos os lados, escritos perniciosos. É preciso, por conseguinte, recorrer a medidas oportunas, a fim de obrigar os impressores a cessar a reprodução de tudo aquilo que seja contrário ou oposto à fé católica ou suscetível de provocar escândalo no espírito dos fiéis (INOCÊNCIO VIII, *Inter Múltíplice*. In: DALE, 1973: 35 *apud* SILVA, 2010 p.22)

As “medidas oportunas” defendidas pelo Papa aparecem por meio da Inquisição⁶ que exerceu a atividade de censura através do Santo Ofício. O Tribunal do Santo Ofício se encarregava de analisar obras produzidas por aqueles que se enquadravam na chamada imprensa perniciosa e que, segundo a igreja, podiam causar danos às almas. Dentre os meios de repressão utilizados pelo Tribunal estão a queima de livros em praças públicas e castigos severos a impressores reincidentes (EISENSTEIN, 1988).

A preocupação da igreja estava diretamente relacionada à descentralização do conhecimento que começava a sair do domínio religioso. Os textos produzidos pelos

⁶ A Inquisição – nome dado ao tribunal eclesiástico encarregado de punir todas as pessoas consideradas culpadas de ofensas contra a ortodoxia católica – tinha o direito de proibir os livros que julgasse perniciosos. As pessoas que se recusassem a mudar suas crenças eram condenadas a morrer na fogueira. Livros suspeitos eram também destruídos pelo fogo (PUNTEL, 1994:32 *apud* SILVA, p.25)

escribas e lidos nas igrejas, possibilitava ao clero manter sob seu controle as interpretações acerca da Bíblia e do conhecimento em geral. Pela primeira vez, textos que somente eram acessíveis a poucas pessoas, podiam ser lidos e interpretados por conta própria dos indivíduos letrados das diversas condições sociais (SILVA, 2010).

O posicionamento da Igreja Católica em relação à imprensa se modifica no século XVI quando ocorre a Reforma Protestante (1517). A partir desse momento a igreja manterá por quatro séculos uma postura defensiva, buscando sempre controlar as mensagens propagadas nos meios de comunicação, a fim de defender o patrimônio e a ordem moral católica (Andrade, 2009). No lugar da ideia de “*inspiração divina*” a imprensa passou ser tratada com rejeição e maior repressão (SILVA, 2010).

Essa mudança de concepção ocorre a partir do momento que a estruturas da igreja, bem como a autoridade papal, passam a ser questionadas com ideias contestadoras. O Clero já não possuía o monopólio do conhecimento; “o texto saído de um prelo e não da tinta de um monge escriba tornou-se uma força subversiva, capaz de abalar a fé e de reduzir a autoridade da Igreja” (FEITOSA, 2013 p. 208).

Para Eisenstein (1998 p.167) “a Reforma foi o primeiro movimento religioso que contou com a ajuda da imprensa” e que o alastramento das ideias de Martinho Lutero só foi possível graças a ela. Lutero também dispensou elogios à invenção da imprensa considerando-a como “o mais elevado e extremo ato da graça de Deus, por meio da qual se leva à frente a obra do Evangelho” (EISENSTEIN, 1998 p.169).

A postura defensiva da Igreja Católica em relação às novas ideias que passaram a circular possibilitou a ação de Lutero que soube usar de a imprensa para propagar suas críticas e publicar a Bíblia em língua vernácula⁷ (SILVA, 2010). Eisenstein (1998) argumenta que a maior preocupação do Clero católico era afastar os fieis desses textos e para isso proibiu a livre leitura. Nesse ambiente de embate e de censura, Silva (1988

⁷ Durante o século XVI, as bíblias em vernáculo, que haviam sido produzidas de modo algo aleatório em certas regiões, passaram a ser proibidas para católicos e tornadas obrigatórias para todos os protestantes (EISENSTEIN, 1998)

p. 28) escreve que esse era “um tempo de verdadeira caça às bruxas que em lugar de vassouras, usavam a imprensa, em lugar de porções mágicas usavam os textos, em lugar de fórmulas misteriosas usavam a língua vernácula”.

É importante ressaltar, que a igreja mesmo se ocupando na luta contra as publicações impressas, utilizou dela numa perspectiva de formação para propagar a fé católica. Eisenstein (1998 p.179) aponta que “a invenção de Gutenberg “foi uma faca de dois gumes”, pois ajudou tanto Loyola⁸ como Lutero, além de ter incentivado um reavivamento católico, ao mesmo tempo que espalhava panfletos luteranos”.

1.1 Aproximação da igreja com a imprensa: uma aceitação “desconfiada”

Como já foi mencionado anteriormente, a igreja manteve uma postura de defesa e repressão à imprensa por longo tempo. É somente a partir do século XIX, principalmente com os pontificados de Pio IX (1846-1878) e Leão XIII (1878-1903), que irá iniciar uma mudança de postura do Clero (SILVA, 2010). Amaral (2011), analisando essa mudança de pensamento, observa que a partir da segunda metade do século XIX a Igreja Católica percebeu a importância da imprensa na sociedade e a possibilidade de combater seus inimigos por esse meio, além de facilitar a propagação da fé.

Ressalta-se, porém, já no pontificado de Gregório XV (1621-1623) a criação da Congregação para a *Propaganda Fide* (1622), responsável pela defesa dos interesses da Igreja, a qual caberia manifestar sua legítima autoridade na expansão da fé cristã nas missões espalhadas pelo mundo. Silva (2010) considera que a partir desse momento a igreja inicia seu longo caminho até sua entrada no mundo da comunicação, pois houve na atitude dos papas posicionamentos diferentes em relação a imprensa. Alguns se

⁸ No final do século XVI, os jesuítas já tinham em Salvador montada uma biblioteca “[...] em sala especial do seu colégio” e um acervo de nível universitário, abrangendo várias áreas do conhecimento. Desde o início das suas atividades, havia a intenção, por parte dos jesuítas, de transformar o Colégio em Universidade, mas foram expulsos do Brasil pelo Marquês de Pombal por razões políticas, em 1759 (ROSA, 2009 p.80)

mostraram tolerantes, outros trataram a atividade com maior rigor, provocando assim, avanços e retrocessos.

A “aceitação desconfiada” da imprensa que começa a surgir na segunda metade de século XIX se traduz nas condições sociais em que a igreja se encontrava. É importante citar que isso está intimamente ligado às mutações históricas que determinam transformações nas estruturas organizacionais e, neste caso, da igreja e da sociedade (PUNTEL; SOARES, 1985).

Segundo Karla Denise Martins (2007) o liberalismo se torna, no século XIX, uma ameaça para a igreja, pois também traduzia ideias que se posicionavam contra a hegemonia Católica no continente europeu. Samuel Klauck (2011) defende que o avanço da modernidade causava problemas para a cristandade católica e, por isso, se fez necessário o reordenamento dos posicionamentos da igreja em diversos setores. Ele ainda explica que o século XIX foi um período difícil para a igreja, pois ela teve que enfrentar a laicização em massa dos estados europeus e a secularização do ensino, bem como os questionamentos da doutrina católica.

Nesse cenário, a igreja percebeu que não se tratava mais da luta pelo domínio do conhecimento, era necessário tornar a igreja uma instituição social ativa que se defendesse pelos mesmos meios usados para criticá-la. Em combate de igual para igual “Pio IX dinamizou a imprensa na ação eclesiástica ao propor uso das mesmas e eficientes armas para combater os infiéis” (SILVA, 2010 p.30). Por meio da encíclica *Quanta Cura*, promulgada em 8 de dezembro de 1864, Pio IX escreve ao clero:

[...] sabeis, [...] como hoje esses inimigos de toda a verdade e de toda justiça, adversários encarniçados de nossa santíssima Religião, por meio de venenosos livros, folhetos e periódicos, esparramados por todo mundo, enganam os povos, mentem maliciosos e propagam outras doutrinas ímpias, das mais variadas. (PIO IX, Decreto 8, *apud* KLAUCK, 2011 p.142)

A igreja entendeu que somente a proibição da leitura de textos já não cabia numa sociedade com um maior público letrado e com a atividade impressa difundida

e consistente. No pontificado de Pio IX a preocupação passa a ser a formação de fiéis de maneira que fossem capazes de se deparar com um *escrito pernicioso* sem se corromper. Somado a isso, havia também para ele, a necessidade de preparar clérigos aptos para escreverem textos que estavam em conformidade com a moral e com as idealizações da fé católica (Silva, 2010).

As aberturas que o papa Pio IX criou na relação igreja e comunicação (entende-se, neste caso específico, a comunicação impressa) serão melhores aperfeiçoadas com o papa Leão XIII (Klauck, 2011; Angelini, 2014) e apesar de proximidades com a imprensa serem esboçadas com Pio IX, Klauck (2011) adverte que houveram poucas ações práticas.

Independentemente da postura conservadora, traço que o aproxima dos papas que lhe antecederam, Leão XIII iniciará um programa de reforma da igreja nos setores econômicos, políticos e sociais. Para Puntel (2011) o papa Leão XIII, conseguiu abrir as portas da igreja a um novo tempo eclesial sem desconsiderar os primados que o catolicismo defendia desde o seu nascimento.

No contexto em que a igreja estava inserida houve a necessidade de defesa da moral católica e para isso o novo entendimento da igreja se traduziu em combater as letras pelas letras (KLAUCK, 2011). Para Joana Puntel

[...] a igreja raciocinou do seguinte modo: se a sociedade estava utilizando os meios de comunicação para o mal, então a Igreja também deveria usar esses mesmos recursos para difundir a boa mensagem, de modo a combater esse mal” (PUNTEL, 2011 p. 224).

Deve-se enfatizar, contudo, que concomitantemente ao envolvimento da igreja com os meios de comunicação ainda havia uma visão conservadora do clero em relação a esse meio de informação. Além da preocupação e exortação na não leitura de textos “perigosos”, o papa Leão XIII criticou fortemente a liberdade de imprensa ao dizer que a liberdade de falar e escrever provocaria a dessacralização e violação de tudo o que fosse sagrado e as verdades primárias, patrimônio comum a toda

humanidade, seriam desconsideradas. Para Silva (2010) esse foi o maior diferencial do papa Leão XIII àqueles que o antecederam. Ele soube mediar entre a cultura conservadora da moral católica e conseguiu ao mesmo tempo iniciar a inserção da instituição na modernidade.

As discussões acerca do modo de inserção da igreja no mundo da comunicação também fez parte de suas preocupações. Ao fazer diferença entre a *boa* e *má* imprensa o papa Leão XIII defendia que essa integração da igreja não podia ocorrer de qualquer forma, era necessário a formação de jornalistas católicos que estavam próximos dos princípios apregoados pela hierarquia e que se comprometessem em atuar em defesa da sociedade e da religião (KLAUCK, 2011). Isso, para Silva (2010), traduz unicamente a tentativa de controle sobre a imprensa e a preocupação de manter na órbita do comando eclesial a produção de ideias.

Independentemente do interesse de envolvimento da igreja com a imprensa, percebe-se que há uma preocupação de recuperar o tempo perdido e a necessidade de se adaptar às exigências do mundo em que a Instituição estava inserida (PUNTEL; SOARES, 1985).

2. A inserção da imprensa no Brasil no século XIX

Após apresentar as principais transformações que a invenção da imprensa provocou na Europa, passamos para a análise dos efeitos que a imprensa periódica causou no Brasil nos diversos âmbitos da sociedade. Como foi discutido anteriormente, a imprensa gráfica viabilizou a disseminação do pensamento e o confronto de ideias, permitindo assim, a criação de sistemas de pensamentos inteiramente novos (EISENSTEIN, 1998).

A explosão de conhecimento que nasce na Alemanha com a invenção de Gutenberg se alastra pela Europa e chega em Portugal por volta de 1487, em Faro, com a instalação da primeira oficina de impressão (GASPAR, 2004). Nessa época, Portugal

se colocava à frente de outros países na atividade marítima o que possibilitava aos portugueses o contato com várias partes do mundo. Em 1487 os navegadores portugueses já haviam completado o périplo na costa oeste do continente africano, um ano mais tarde, Bartolomeu Dias alcançará o cabo da Boa Esperança. Sem dúvidas a expansão marítima trouxe grandes benefícios para Portugal, mas a implantação de prelos no país se deve muito aos judeus que fugiam da inquisição espanhola (DIAS, 1978).

Segundo Dias (1978), a atividade de impressão exercida pelos judeus teve um caráter religioso, devocional, litúrgico e moral. Até 1496, ano em que foram expulsos pelo rei D. Manuel, os impressores judeus puderam implantar diversos prelos em Portugal deixando um legado para os cristãos católicos que saberiam usar para fortalecer a atividade inquisitorial.

A postura do Estado luso em relação ao desenvolvimento dos prelos, no início foi mínima. A impressão é que a Coroa não soube aproveitar os impressos para divulgar e espalhar pela Europa a novidade das descobertas (DIAS, 1978). Porém, ao notar a força que ameaçava a soberania do Estado, em 1539, o Rei D. João III tratou de “pôr um travão à imprensa, tentando controlar e até impedir a criatividade e renovação cultural dos espíritos” (DIAS, 1978 p.168). Como em outros países da Europa a atividade da cultura impressa cresceu e no caso de Portugal debaixo do controle da igreja e do Estado.

A história da imprensa no Brasil foi afetada diretamente pela forma de colonização portuguesa iniciada em 1500 e com a real interferência no plano da política e defesa do território a partir de 1530. Os primeiros livros foram trazidos pelos jesuítas em 1549 com a instalação do Governo Geral em Salvador para serem utilizados nos colégios que fundaram em diversas partes da colônia (ROSA, 2009). O objetivo dos jesuítas não era o de despertar um pensamento crítico, mas apenas de catequisar novos cristãos.

Antes de chegar ao Brasil, a Igreja Católica já mantinha debaixo de sua tutela a atividade gráfica em Portugal. As dificuldades financeiras da Corte e o desvio de recursos para outras áreas provocou a interrupção do surto da arte gráfica no país. Sodré (1999) ao descrever as condições da imprensa portuguesa expõem:

Cedo cessou, porém, quando lhe faltaram as condições, com o deslocamento daquele capital para outras áreas, expulsos pela vitória feudal no reino. Instalou-se, impedindo a continuação daquela arte, a violência da inquisição; mais de trinta mil portugueses vitimou ela – a fina flor da intelectualidade e muitos homens de pecúnia. De sorte que o livro, e a técnica de fazê-lo, assumiram ali pouco depois do início da existência histórica brasileira, o aspecto herético que atraía maldição e condenação (p.09).

Como apontado acima, era prática comum enxergar o livro como um material natural somente nas mãos dos religiosos e até aceito apenas como peculiar ao seu ofício, e a nenhum outro, pois “ler não era apenas indesculpável impiedade, era mesmo prova de crimes inexpríáveis” (SODRÉ, 1999 p.09).

O interesse da monarquia portuguesa em não permitir a instalação de material gráfico em sua colônia tem basicamente o intuito de impedir a entrada de ideias que visassem atingir o caráter supremo e despota da Monarquia. Sodré (1999) faz uma análise bastante significativa sobre o Brasil como colônia de Portugal em comparação, por exemplo, com as colônias espanholas da América Latina. Para ele, a instalação de universidades e da prematura atividade impressa nas colônias espanholas estão diretamente relacionadas ao tipo de dominação, pois havia a necessidade de interferir em uma cultura forte⁹. Ele ainda aponta que essas realizações não tinham a preocupação de dar um caráter de desenvolvimento à colônia, mas sim de conseguir substituir a cultura local em favor da cultura europeia.

No caso do Brasil, que não conheceu no período colonial a universidade e nem a imprensa, as razões tem como fatores condições adversas: o escravismo dominante

⁹ A partir do início da colonização espanhola, as primeiras iniciativas de instalação da imprensa surgem em apenas 14 anos depois, enquanto que no Brasil o tempo foi de 276 anos (OLIVEIRA, 2011 p. 131)

era infenso à cultura e à nova técnica de sua difusão (ROSA, 2005; BRIGGS; BURKE, 2006). A etapa econômica e social atravessada pela colônia não gerava as exigências necessárias à instalação da imprensa (SODRÉ, 1998 p.16)¹⁰. Ana Maria Capelato (1988) argumenta que no Brasil,

[..] os núcleos urbanos eram poucos significativos na sociedade colonial havendo predominância de uma população no campo, analfabeta, constituída na sua maioria por escravos, dispersa em áreas distantes. Esses fatores representaram empecilhos para a consolidação da imprensa. (CAPELATO, 1988 p. 38)

É possível traçar um paralelo com a história da imprensa na Europa e concluir que as condições materiais, sociais e políticas são necessárias para o desenvolvimento da uma imprensa ativa. O Brasil até o século XVIII não experimentará um crescimento econômico considerável; o Ciclo do Ouro no Brasil despertou novos comportamentos e desejos da classe dominante colonial. Na Europa, a instalação de prelos ocorreu primeiramente nas cidades essencialmente comerciais ou que exerciam algum tipo de comércio importante para, posteriormente, se alastrar por todos os lugares (EISENSTEIN, 1998).

Quanto às necessidades de condições matérias, políticas e sociais, Sodré (1998) esclarece que a instalação desses requisitos ocorreram de maneira paulatina. Com o crescimento econômico do Brasil no século XVIII, passaram a existir os recursos materiais tanto pela questão financeira quanto pelos equipamentos tipográficos que entravam na colônia de forma regular ou contrabandeados; as condições políticas só surgiram depois da revolução do Porto (1820), pois ali aceleraria o processo de independência e as dissidências entre interesses diversos no Brasil (SODRÉ, 1966 p. 36).

¹⁰ Rosa (2009) escreve que desde o início das suas atividades, havia a intenção, por parte dos jesuítas, de transformar o Colégios em Universidades, mas foram expulsos do Brasil pelo Marquês de Pombal por razões políticas, em 1759.

Alguns historiadores concordam em datar as primeiras tentativas de instalações de materiais tipográficos no Brasil a partir do século XVIII. Há alguns autores que apresentam as iniciativas holandesas como as primeiras experiências de introdução da impressão no Brasil, no período de 1630 a 1655, quando ocuparam o Nordeste brasileiro (HALLEWELL, 2005, p. 85 apud ROSA, 2009 p. 82). Quanto a isso, Sodré (1998 p:16) afirma que “apesar de lhe terem dado singular desenvolvimento, na área metropolitana, (os holandeses) não se empenharam em trazer ao seu novo domínio americano a arte tipográfica”.

Durante todo o Período Colonial, a atividade editorial, no que diz respeito à publicação de livros, foi totalmente proibida (Rosa, 2009). Porém, existiu ao longo desse tempo a entrada de materiais clandestinos que criticavam a monarquia e buscavam proliferar ideias e opiniões (BARBOSA, 2010). O enriquecimento de várias famílias por conta da atividade aurífera possibilitou que alguns jovens fossem estudar na universidade de Coimbra e até mesmo em outras importantes da Europa. Isso viabilizou o acesso desses estudantes a vários livros considerados proibidos no Brasil (BARBOSA, 2010; SODRÉ, 1998)

É importante considerar que durante o século XVIII o Brasil foi influenciado pelas ideias de liberdade da Revolução Francesa (1789) e Revolução americana (1776). Esses países espalharam seus ideais através de impressos que conseguiam ultrapassar as fronteiras geográficas mesmo que de maneira clandestina. Esses materiais considerados incendiários eram severamente perseguidos pela monarquia, mas isso não impediu que os inconfidentes tivessem acesso a eles (BARBOSA, 2010).

Sodré (1998) expõem duas tentativas de implantação de prelos no Brasil que datam nos anos de 1706 e 1746 que foram rapidamente liquidadas. Um caso bastante elucidativo é a persistência de Antônio Isidoro da Fonseca, famoso impressor português que migra para o Brasil. Por duas vezes ele pede permissão à Corte para

instalar sua oficina tipográfica e por duas vezes o pedido é recusado¹¹. As medidas tomadas pela Coroa eram extremamente severas e tinham o intuito de abafar ideias que podiam ser contrárias ao interesse do Estado (SODRÉ, 1998).

É no início século XIX que a imprensa brasileira começa a nascer. Sodré (1998 p.19) explica que “a imprensa surgiria no Brasil – e ainda desta vez, a definitiva – sob proteção oficial, mais do que isso: por iniciativa oficial”. Junto com o traslado da família real para o Brasil, em fuga das tropas napoleônica, chegam também recursos tipográficos que seriam utilizados para imprimir os papéis da imprensa régia. Barbosa (2010) escreve que a criação da imprensa régia em 1808 por D. João VI tinha o objetivo de atender apenas às questões burocráticas e essenciais às atividades necessárias. É a partir desse momento, também, que os primeiros periódicos passam a circular.

Existem discordâncias de alguns autores em definir qual periódico inaugura de fato a imprensa no e do Brasil. Barbosa (2010) defende que *A gazeta do Rio de Janeiro* inicia a impressão oficial e foi o impresso que se tornou acessível a um público amplo de maneira gradativa, porém define que os periódicos que nascem em várias provinciais do Brasil a partir de 1820 inauguram a imprensa brasileira; Sodré (1998 p.37) aponta *A gazeta do Rio de Janeiro* e o *Correio Brasiliense*¹², mas define “aquilo que a rigor, caracteriza o início da imprensa brasileira: em 1817 era impresso o jornal político *Preciso*”.

É evidente que com a abertura dos portos (1808) a entrada de impressos clandestinos cresceu. Para contornar esse problema D. João VI procurou expedir decretos que buscavam “examinar os papéis e livros que se mandassem publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes. Era

¹¹ Mesmo com a proibição imposta pela Coroa, Antonio Isidoro da Fonseca chegou a publicar quatro livros (DE LUCA e MARTINS, 2010)

¹² Redator do *Correio Brasiliense*, Hipólito da Costa chega à Inglaterra em fins de 1805, fugido dos cárceres da inquisição portuguesa 22. Ele justificou-se de fazer no estrangeiro o seu jornal: “Resolvi lançar esta publicação na capital inglesa dada a dificuldade de publicar obras periódicas no Brasil, já pela censura prévia, já pelos perigos a que os redatores se exporiam, falando livremente das ações dos homens poderosos” (SODRÉ, 1998 pp.20-22)

a censura. Nada se imprimia sem o exame prévio dos censores reais [...]” (SODRÉ, 1998 p.19).

O controle exercido pela monarquia portuguesa durante o período colonial ainda persiste no Brasil durante a estadia da Corte no Rio de Janeiro. Sabendo do perigo da entrada de periódicos “abomináveis” o controle portuário foi intenso. Outra providência tomada para controle dos portos ditava que “os juizes da alfandega não permitisse despacho de livros ou papéis impressos sem que lhe fosse apresentada a licença do desembargo do Paço” (Sodré, 1998 p.14).

A partir da instalação da imprensa Régia, vários periódicos surgiram com características de defesa do absolutismo e manutenção da monarquia. Sodré (1998) apresenta periódicos, alguns de vida efêmera, que se empenharam nesse trabalho. *A Idade d’ Ouro no Brasil* nasceu em 1808 na Bahia, *As Variedades ou Ensaios da Literatura* apareceu em 1812 e durou somente alguns meses e tinha a pretensão de inaugurar um periodismo cultural na colônia.

As mesmas características possuía *O Patriota* que nasceu em 1813 e se manteve até 1814. Esses periódicos que participavam da chamada imprensa áulica circulavam sob a proteção da Corte, “apresentando as notícias políticas sempre de maneira mais singela, anunciando simplesmente os fatos, sem interpor quaisquer reflexões que tendessem diretamente ou indiretamente dar qualquer inflexão à opinião pública” (Sodré, 1966 p. 29)

Outros periódicos vinculados à imprensa áulica, e esses de caráter doutrinário, foram forjados e apoiados “pela necessidade de enfrentar e neutralizar a ação do *Correio Brasiliense*” (Sodré, 1998 p. 30). Tomamos como exemplo os jornais: *Reflexão sobre o Correio Brasilense (1809)*, *O Investigador Português (1811)* e *O Contemporâneo*. Isso demonstra claramente que os eventos políticos foram cruciais para que a atividade impressa no Brasil se desenvolvesse mesmo de maneira paulatina até o ano de 1820.

O ano de 1820 é um marco crucial que define o desabrochar da produção de periódicos no Brasil. A partir desse momento “jornais passam a ser impressos até mesmo em províncias longínquas da Corte” (Barbosa, 2010 p.38). Dada a instabilidade da monarquia portuguesa e a abolição da censura prévia, homens interessados em participar da vida política articularam jornais a fim de criticar ou apoiar a Corte portuguesa.

A crescente proliferação de periódicos políticos gerou, a partir de 1822, atritos no que diz respeito à liberdade de imprensa entre o príncipe regente D. Pedro e deputados participantes da Assembleia Constituinte. As críticas feitas de forma direta ao príncipe culminou em um decreto “proibindo o anonimato das obras, a fim de que houvesse um responsável pelo seu conteúdo” (Barbosa, 2010 p. 40) e após a dissolução da Assembleia Constituinte que votava uma lei para manutenção da liberdade de imprensa, a Carta de 1824

[...] limita-se a declarar que “todos podiam comunicar seus pensamentos, por palavras, escritos e publica-lo na imprensa, sem dependência da censura”. Entretanto, devem responder pelos “abusos que cometerem no exercício deste direito, nos casos e pela forma que a lei determinar” (BARBOSA, 2010 p.41).

Assim, é possível afirmar que o controle exercido pela monarquia portuguesa sobre a imprensa no Brasil continua existindo, agora, sob as ordens do imperador D. Pedro I que prezava pela tranquilidade e pela ordem (BARBOSA, 2010).

Como citado anteriormente, em várias províncias surgiram periódicos que saíram em defesa de alguma reivindicação. Capelato (1988 p.15) escreve que todo jornal é adepto de uma causa e por isso ele deve lançar mão de fins múltiplos para “atrair o público e conquistar seus corações e mentes”.

Para exemplificar essa proliferação de periódicos cita-se o *Diário de Governo do Ceará* (1824), o *Conciliador do Maranhão* (1821), o *Diário de Pernambuco* (1825), *O Espelho* (1821), *A Malagueta* (1821), o *Revérbero Fluminense*, *O Paraense* (1822). Nesse período ainda surgem o *Correio do Rio de Janeiro*, na Bahia o *Semanário Cívico*, o *Analisador*

Constitucional, o *Espreitador Constitucional*, a *Abelha*, o *Diário Constitucional*; em Pernambuco a *Aurora Pernambucana*, o *Sagarrega*, o *Conciliador Nacional*, a *Gazeta Republicana*, entre outros (SODRÉ, 1998).

Há ainda vários outros periódicos que poderiam ser exemplificados, mas para deixar claro é possível concluir que esses periódicos em sua maioria estavam vinculados a segmentos da sociedade que defendiam interesses em comum (SODRÉ, 1998; LUCA, 2005). Capelato (1988) esclarece que a própria nomenclatura dos jornais denunciavam a quem pertenciam as letras impressas como é possível observar na quantidade variada de periódicos com a nomenclatura *Constitucional*.

Qual seria o grau de abrangência da propagação dos ideais que os impressos carregavam? Esse questionamento deve ser respondido, considerando que a maioria da população brasileira era constituída de escravos e pessoas livres, pobres e analfabetas (Capelato, 1988; Barbosa, 2010). Essa condição foi comum no Brasil no século XIX, até mesmo em cidades importantes como no Rio de Janeiro que apresentava um alto número de analfabetos.

Barbosa (2010) explica que o analfabetismo não impediu que escravos, comerciantes e imigrantes, por exemplo, ficassem alheios às informações que os periódicos passaram transmitir. Como ocorreu na Europa, a transmissão de informações por meio da oralidade também fez parte da realidade brasileira. Capelato (1988) esclarece que

Apesar das dificuldades, diários e panfletos circularam nos pequenos e grandes centros urbanos. A barreira no analfabetismo era contornada pela comunicação oral: a leitura em voz alta, nas esquinas, nas farmácias ou nos serões familiares possibilitava a divulgação das mensagens, muitas vezes de conteúdo político – antilusitano e anticolonialista (CAPELATO, 1988 p. 38).

Um fato importante a ser mencionado é a condição letrada de alguns escravos. Barbosa (2010 p.13) observa alguns anúncios de fuga e esclarece que “são incontáveis as referências às habilidades de letramento dos escravos e também ao fato de saberem

ler e escrever". Nessa perspectiva, portanto, pode-se considerar que a comunicação oral fazia parte das relações dessa época e esteve presente de forma concomitante ao desenvolvimento da comunicação impressa (BARBOSA, 2010; CAPELATO, 1988; BRIGGS; BURKE, 1998).

2.1 O desenvolvimento da imprensa católica no Brasil

É também a partir da segunda metade do século XIX que a imprensa católica toma corpo no Brasil (DALMOLIN, 2012). Porém, é importante ressaltar que vários padres faziam parte do corpo editorial de periódicos políticos que passaram a circular no Brasil a partir de 1808. Sodré (1999) evidencia a participação efetiva de padres brasileiro nessas folhas ao escrever que no Brasil havia um clero

[...] em que o fermento cultural fez crescer as tendências políticas, que participou profunda e generalizadamente das lutas do tempo, que discerniu com clareza as necessidades do povo brasileiro e soube servi-las com heroico devotamento. Clero em que se recrutariam, logo adiante, os jornalistas mais ardorosos e também alguns dos mais lúcidos que a época conheceu. (SODRÉ, 1999 p.16)

A dinâmica da imprensa católica brasileira acompanhou o contexto social e político em que o Brasil se encontrava. Antes da necessidade de defender a fé católica a igreja e o estado mantinham uma relação que se sustentava com o padroado régio e por isso o interesse de ambos estavam salvaguardados (NEVES, 2013). A necessidade da estruturação de uma imprensa católica surge a partir do momento que nasce a ameaça contra a hegemonia da igreja no Brasil caracterizada por meio do crescimento de outras denominações religiosas, o avanço da ideia de separação do estado e da religião, além dos problemas internacionais que a igreja enfrentava como o liberalismo e o avanço da laicização dos Estados Nacionais (DALMOLIN, 2012).

A constituição de 1824 fixa o catolicismo como religião oficial do Brasil, porém a carta deu o direito para os praticantes de outros cultos realizarem suas atividades em lugares fechados. O monarca, considerado um representante de Deus na terra,

mantinha as práticas da igreja sob seus interesses. Nas décadas que se seguiram a igreja vai encontrando inimigos que precisavam ser combatidos e em 1870 inicia a chamada questão religiosa trazendo desestabilidade para a instituição (MARTINS, 2007).

Nesse contexto, Martins (2007 p. 76) aponta que a partir de 1870, “muitos jornais foram criados, procurando defender o prestígio e as prerrogativas da Igreja Católica Romana”. Ainda nessa perspectiva Diego Omar Silveira complementa que “a gênese da imprensa católica no Brasil esteve ligada ao pensamento conservador e à defesa da tradição” (SILVEIRA, 2013 p.05). A consolidação da imprensa católica brasileira datado a partir do ano de 1870 acompanha, concomitantemente, um dos períodos mais conturbados das relações políticas do Brasil que é a transição do regime monárquico para o republicano.

Neves (2013) explica que vários jornais defensores do liberalismo e da modernidade atacavam tudo aquilo que era tradicional e se opunha ao desenvolvimento da sociedade. A igreja considerada uma instituição obsoleta sofria ataques contra seu pensamento religioso que, segundo os liberais, ocupava o lugar da luz da razão e das ideias científicas. Por isso, ainda o autor, era necessário que a igreja entrasse no combate e passasse a interferir na opinião pública.

A própria igreja percebeu que o tempo era de mudanças e se preocupou em atingir o público fora dos templos e dar oportunidade para se expressar e ajudar na defesa da fé, leigos que se interessassem pela escrita. Nesse sentido, o periódico *O Apóstolo* defendeu em suas páginas que

[...] o púlpito por si só será insuficiente; ao passo que o púlpito é fixo e só buscado por quem se inclina para a religião, a imprensa corre atrás, vai buscar até os indiferentes onde quer que estejam, em casa, na rua, no campo e em toda a parte. [...] quiséramos ver-vos todos empenhados na difusão da imprensa católica. (*O Apóstolo*, 12 de janeiro de 1890 *apud* NEVES, 2013 p.08)

Em relação a atividade leiga nos periódicos católicos, o episcopado brasileiro, em 1890, por meio de carta pastoral escreveu: “Se Deus vos tiver comunicado o dom de falar e a ciência do escrever, a vossa voz e a vossa pena estarão ao serviço da Igreja” e ainda convocava “a todos os clérigos e leigos a fazer ouvida a voz da Igreja na defesa de seus interesses frente ao secularismo” (NEVES, 2013 p.01).

É vasto o número de periódicos e revistas católicas que surgiram no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. A título exemplificativo toma-se o periódico *O Apóstolo* gerado no Rio de Janeiro em 1866. Segundo Neves (2013) esse periódico é um marco para a imprensa católica no Brasil, pois inaugura a consolidação da atividade da igreja nesse ramo. Já Martins (2007) escreve que o referido periódico conseguiu penetrar em diversas regiões do Brasil sempre defendendo as causas religiosas, da sociedade e da pátria.

É importante ressaltar que antes da “explosão” de periódicos católicos a partir de 1870, existiram iniciativas de alguns padres na criação de folhas que já pretendiam inserir a igreja na atividade da comunicação¹³. Porém, as dificuldades de manter os custos de uma produção tipográfica fazia com que esses jornais ganhassem uma vida efêmera (Neves, 2013). É, portanto, nessa perspectiva, que se atribui o sucesso ao periódico *O Apóstolo*, considerando que ele circulou até 1901 suprindo as necessidades financeiras através do número de assinaturas e também de espaço para propagandas comerciais. Assim, aqueles que não fossem aptos a escrever e falar, restava fazer a assinatura do jornal (NEVES, 2013).

¹³ *O Noticiador Catholico* descrito como: “Periódico consagrado aos interesses da Religião, sob os auspícios do Excelentíssimo e Revmo. Senhor D. Romualdo Antônio de Seixas, Arcebispo da Bahia”. *O Noticiador Catholico* propôs-se a combater as ideias contrárias ao catolicismo e tinha como redatores o padre Mariano de Santa Rosa de Lima, o médico. João José Barbosa de Oliveira, o cônego José Joaquim da Fonseca Lima e o padre M. Domingos José de Britto (BIBLIOTECA NACIONAL). Houveram também jornais produzidos por padres com propostas meramente políticas como no caso do *O Natalense* de Natal (RN), criado em setembro de 1832, por obra do padre, político e educador Francisco de Britto Guerra. *O Natalense* foi uma folha essencialmente política, partidária em sentido governista, quase que exclusivamente voltada aos desdobramentos da gestão pública local (BIBLIOTECA NACIONAL).

No norte do Brasil, também houve iniciativas da igreja no relacionamento com a imprensa. A partir de 1850 a Amazônia é inserida no comércio internacional através da comercialização da borracha. A província do Grão-Pará se torna, nesse contexto, um lugar de intensa movimentação com entrada e saída de vários navios estrangeiros e o elevado número de migrantes que chegam do nordeste procurando melhores condições de vida (COELHO, 2012)

A imprensa do Pará que já existira desde 1822 com a publicação do jornal *O Paraense*, sempre foi ativa politicamente contribuindo e se envolvendo nos principais acontecimentos locais, nacionais e internacionais, como por exemplo, o processo de emancipação política do Brasil e o movimento da cabanagem (BRÍGIDA, SEIXAS, SILVA, NUNES, 2013; MARTINS, 2007).

Martins (2007) explica que por conta do crescimento demográfico e a crescente atividade econômica no Grão-Pará a Igreja Católica se preocupou em combater valores, comportamentos e outras religiões que iam de encontro com o modelo católico. Coelho (2012) ressalta que o Pará a partir de 1850 se tornou uma região de grande tráfego de pessoas e ideias e foi possível identificar durante a *belle époque* na Amazônia a entrada de vários livros franceses com pensamentos filosóficos liberais.

Concordando com Dalmolin (2012 p.13) percebemos que “a trajetória dos periódicos (católicos) relaciona-se tanto às constantes transformações em âmbito institucional quanto às mudanças que vão consolidando a própria história do país”. Sendo assim, a igreja do Pará precisou implantar mudanças dentro do seu corpo institucional para poder interferir em uma sociedade em modificação, caso contrário corria o risco de perder espaço para as religiões protestantes, para as ideias laicizantes e seculares. É nesse ambiente que o jornal *A Estrela do Norte* surge.

Entre 1863 e 1869 D. Macedo Costa, Bispo da província do Grão-Pará, colocou o jornal *A Estrela do Norte* em circulação para defender os interesses do Clero abordando temas como família, casamento, ciência, modernidade, industrialização, ensino civil e religioso, entre outros (MARTINS, 2007). Além dos assuntos

anteriormente citado, Martins (2007) afirma que a igreja estava mergulhada também em debates políticos e ideológicos, utilizando das folhas do jornal para defender seus posicionamentos.

Seguindo o modelo adotado pelo papa Leão XIII, diferenciando a *má* e a *boa imprensa*, D. Macedo Costa se referia aos seus adversários ideológicos como “inimigos da igreja Católica”, “saqueadores”, “demônios”, “libertinos”, “propagadores da irreligião” entre outros. Martins (2007) expõe que além do objetivo de formar uma opinião pública favorável à igreja e aos preceitos católicos, as folhas do *A Estrela do Norte* divulgava literatura religiosa estrangeira afim de fortalecer o lado formador do jornal. Essa relação evolutiva entre imprensa e igreja passará para o século XX com grandes avanços até sua consolidação.

Já nas primeiras décadas do século XX outros jornais católicos nasceram como porta-voz da igreja¹⁴ (Sobrinho, 2014). Mas foi somente na década de 1960 através do Decreto *Inter Marifica*, publicado em 4 de dezembro de 1963, que a igreja redefiniu sua relação com os meios de comunicação.

Em 25 de janeiro de 1959 o Papa João XXIII anuncia a convocação do Concílio Ecumênico Vaticano II (TAVARES, 2016). Este concílio traduzia a necessidade de discutir a situação da igreja após um século de muita luta contra ideias contrárias a religião católica e que se alastra para o século XX com outros inimigos, como por exemplo, o Comunismo (SOBRINHO, 2014).

Tavares (2016 p. 02) observa que o decreto

[...] de pequena extensão, apenas 24 parágrafos, trata, entre outras questões, da relação entre comunicação e ordem moral, e entre a Igreja

¹⁴ A Cruz, fundado em 15 de maio de 1910, Santuario da Aparecida, de Aparecida (SP), fundado em 1901; O Semeador, de Maceió (AL), fundado em 1913; Semana Religiosa, de Pouso Alegre (MG), fundado em 1916; Registro Diocesano, de Guaranhuns (PE), fundado em 1921; A Estrela do Sul, de Porto Alegre (RS), fundado em 1922; O Horizonte, fundado em 1922; Santuario de Santa Terezinha, de Taubaté (SP), fundado em 1924; O Luctador, de Manhú-Mirim (MG), fundado em 1929; A Bôa Nova, de Aracaju (SE), fundado em 1931; Voz do Sul, de Anápolis (GO), fundado em 1931; Brasil Central, de Bonfim (GO), fundado em 1932; A União, A Cruz, Liga Catholica Jesus Maria José e O Brasileiro, todos do Rio de Janeiro (RJ), fundados, respectivamente, em 1909, 1918, 1924 e 1930 (SOBRINHO, 2014)

e os meios de comunicação, indica normas para o seu uso, ocupa-se com a formação de uma consciência reta sobre informação, justiça e caridade no desenvolvimento da opinião pública e com os deveres dos usuários dos meios de comunicação, dos produtores e autores e das autoridades civis.

Embora ainda exista a preocupação da igreja com as informações que atingissem a ordem moral, o artigo 12 do decreto defende “a verdadeira e justa liberdade de que a sociedade moderna necessita inteiramente para seu proveito, sobretudo no que se refere à imprensa” (INTER MARIFICA, 1963). Por conta desse posicionamento, várias correntes teológicas dentro da igreja se manifestavam contra as pretensões do decreto (TAVARES, 2016).

No documento, o artigo 13 convoca “todos os filhos da Igreja que os meios de comunicação social se utilizem, sem demora e com o máximo empenho nas mais variadas forma de apostolado” (INTER MARIFICA, 1963). O uso dos meios de comunicação a partir desse momento se torna, tanto para o apostolado quando para os fiéis, uma missão ligada ao dever de evangelizar. Nessa perspectiva o artigo 15 expõe: “para prover às necessidades [...] hão de forma-se oportunamente sacerdotes, religiosos e também leigos, que possuam a devida perícia nestes meios e possam dirigi-los para os fins do apostolado” (INTER MARIFICA, 1963)

Tavares (2016) explica que a partir da década de 1960 houve um divisor de águas na relação da igreja com os meios de comunicação em massa. Mais uma vez o mundo estava passando por avanços científicos importantes que pressionavam modificações nas mais variadas instituições. Para Silva (2013) a postura defensiva e repressora da instituição frente à imprensa nos séculos anteriores, revela um comportamento equivocado, pois relegou um meio importante na difusão da mensagem católica, o que permitiu e possibilitou críticas diretas a sua organização institucional. Considera-se então que “conviver com a liberdade de expressão, com as diferentes correntes filosóficas, partidárias, religiosas parece que sempre foi um desafio para a Igreja Católica” (ANGELINI, 2014 p.08).

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi mostrar que a imprensa desde seu nascimento foi um instrumento eficaz para o embate de ideias que divergiam em interesses. No contexto europeu a Igreja Católica se preocupou com a nova produção de conhecimento não vinculada aos círculos eclesiásticos. A facilidade em reproduzir textos proporcionou também a produção de um conhecimento científico e filosófico escritos em língua vernácula possibilitando assim, que pessoas de qualquer camada social tivessem acesso ao conhecimento levando em consideração que era prática corrente a leitura de textos em voz alta em praças.

A postura da igreja de ante dessas modificações, foi de repressão. O instrumento da censura buscou impedir a circulação de escritos “perniciosos” que criticassem qualquer questão vinculadas às práticas da igreja através de queimas de livros, prisões de quem escreveu ou até mesmo leu determinada obra. Até o século XIX a igreja agiu dessa maneira, pois a partir do pontificado de Leão XIII (1878-1903) os instrumentos de comunicação social e dentre eles a imprensa, passam a ser aceitados de forma desconfiada pela instituição. A Modernidade, o Liberalismo e os produtos dessas manifestações como, por exemplo, a laicização do Estado e da educação são fatores que pressionam a igreja a entrar no mundo da comunicação para combater pelas mesmas armas aqueles que a criticavam.

No Brasil, foi visto que a imprensa nasceu tardiamente e ainda de baixo do controle monárquico. A relação que existia entre o Estado Brasileiro e a Igreja Católica garantiu a supremacia da religião na colônia e no império não significando e nem apresentando, portanto, ameaças sérias para a igreja. A imprensa católica no Brasil é produto do abalo dessa estabilidade católica no Brasil. Fatores como a questão religiosa (1870) e o avanço da Modernidade e do pensamento liberal requereu a manifestação de padres que colocaram jornais, muitos de forma precária, a serviço da igreja para que os interesses da instituição e a fé católica fossem salvaguardados.

Portanto, o que podemos observar com o exposto é que a igreja se viu pressionada a adaptar-se com o crescimento da imprensa através da sua inserção nessa atividade e que a igreja demorou para perceber a importância da imprensa para a divulgação e propagação de sua fé. Somente com a o decreto *Inter Marifica* haverá, portanto, uma postura claramente aberta para a imprensa e outros meios de comunicação.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Walter Valdevino do. *CONTRA A IMPRENSA, A IMPRENSA: O jornal A Tribuna, um instrumento de defesa da verdade católica em Pernambuco na República Velha*. In: Simpósio Nacional de História, XXVI, julho 2011, São Paulo.
- ANGELINI, Maria Cristina. Os gestos dos papas na cultura da mídia. *CoMTempo*, São Paulo, v. 6, n. 2, 2014.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa Brasil-1900-2000*. Mauad Editora Ltda, 2007.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BRÍGIDA, Cleonice Viana. COSTA, Rafaella Contente Pereida da. NUNES, Cleonice Viana.
- SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. *As Revistas Paraenses no Século XIX*. In: Encontro Regional Norte de História da Mídia. II. Belém – PA. 2012.
- CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil*. Contexto, 1988.
- COELHO, Geraldo Mártires. *Imprensa, cultura e modernidade: Um olhar sobre a Belém oitocentista*. In: Encontro Regional Norte de História da Mídia. II, 2012, Belém – PA.
- DALMOLIN, Aline Roes. *Por uma História da Imprensa Católica Brasileira*. In: Encontro do Núcleo Gaúcho de História da Mídia. IV. 2012. São Borja – RS.
- DIAS, Geraldo J. A. Coelho. A ideologia religiosa e os começos da imprensa em Portugal. In: *Análise Social*, vol. XIV (54), pp. 159-168. 1978.
- EISENSTEIN, Elizabeth L. *A Revolução da cultura impressa os primórdios da Europa moderna*. Ática, 1998.
- FEITOSA, Carla Valéria da Costa. Religião e mídia: comunicação e poder. *Tuiuti: Ciência e Cultura*, n. 46, p. 205-214, Curitiba, 2013.
- GASPAR, Pedro João. O Milénio de Gutenberg: do desenvolvimento da Imprensa à popularização da Ciência. In: *Cultura e Ciência*. Universidade de Aveiro. 2004.

KLAUCK, Samuel. A imprensa como instrumento de defesa da Igreja Católica e de reordenamento dos católicos no século XIX. *Mneme – Revista de Humanidades*, volume, número da edição, 132-148, 2011.

MARTINS, Karla Denise. Civilização católica: D. Macedo costa e o desenvolvimento da Amazônia na segunda metade do século XIX. *Revista de História Regional*, v. 7, n. 1, 2007.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre a História e a Imprensa, breve História da Imprensa e as origens da Imprensa no Brasil (1808-1930). *Historiæ*, Rio Grande, 2 (3): 125-142, 2011.

PUNTEL, Joana T. *A Igreja a Caminho na Comunicação*. In: Teocomunicação, v. 41 n. 2. Porto Alegre. p. 221-242. 2011

PUNTEL, Joana T. SOARES, Ismar de O. *Comunicação Igreja e Estado na América Latina*. Ed. Paulinas. 1985.

ROSA, FGMG. Os primórdios da inserção do livro no Brasil. In PORTO, CM., org. *Difusão e cultura científica: alguns recortes* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. pp. 75-92. ISBN 978-85-2320-912-4.

SILVA, Fábio Gleiser Vieira. *A Igreja Católica e a Comunicação na Sociedade Midiatizada: Formação e Competência*. 2010. 186. Dissertação de Mestrado. Cásper Líbero, São Paulo - SP.

SILVEIRA, Diego Omar. *A peleja pela “Boa Imprensa”: reflexões sobre os jornais da Igreja, a Romanização dos costumes e a identidade Católica no Brasil*. In: Encontro Nacional de História da Mídia, IX, 2013, Ouro Preto - MG.

SOBRINHO, José Simão da Silva. Imprensa católica e formação política e social do Brasil. *Letras*, Santa Maria, v. 24, n. 48, p. 143-155, jan./jun. 2014

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Mauad Editora Ltda, 1999.

TAVARES, Paulo Afonso. *Inter Mirifica: O Divisor de Água na relação da Igreja Católica com os Meios de Comunicação Social*. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, XVIII, 2016, Goiânia – GO.